

O estado da arte das discussões sobre migrações internacionais e políticas públicas

Frederico de Moraes Andrade Coutinho

Danilo Bijos

Henrique Marques Ribeiro

Orientador: ???

Coletânea de Pós-Graduação, v.4 n.8

**Governança e Controle da
Regulação em infraestrutura**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

MINISTROS

José Mucio Monteiro (Presidente)

Ana Arraes (Vice-presidente)

Walton Alencar Rodrigues

Benjamin Zymler

Augusto Nardes

Aroldo Cedraz de Oliveira

Raimundo Carreiro

Bruno Dantas

Vital do Rêgo

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Augusto Sherman Cavalcanti

Marcos Bemquerer Costa

André Luís de Carvalho

Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Cristina Machado da Costa e Silva (Procuradora-Geral)

Lucas Rocha Furtado (Subprocurador-geral)

Paulo Soares Bugarin (Subprocurador-geral)

Marinus Eduardo de Vries Marsico (Procurador)

Júlio Marcelo de Oliveira (Procurador)

Sérgio Ricardo Costa Caribé (Procurador)

Rodrigo Medeiros de Lima (Procurador)

DIRETOR GERAL

Fábio Henrique Granja e Barros

**DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS,
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Flávia Lacerda Franco Melo Oliveira

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Clémens Soares dos Santos

CONSELHO ACADÊMICO

Maria Camila de Ávila Dourado
Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra
Marcelo da Silva Sousa
Rafael Silveira e Silva
Pedro Paulo de Moraes

COORDENADOR ACADÊMICO

Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra

COORDENADOR EXECUTIVO

Georges Marcel de Azeredo Silva

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Núcleo de Comunicação - NCOM/ISC

PÓS-GRADUAÇÃO EM AUDITORIA FINANCEIRA

O estado da arte das discussões sobre migrações internacionais e políticas públicas

Frederico de Moraes Andrade Coutinho
Danilo Bijos
Henrique Marques Ribeiro

Orientador(a):

???

Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar o estado da arte da literatura a respeito de migrações internacionais e sua relação com políticas públicas. Para tanto, selecionaram-se artigos publicados nos últimos onze anos (2006 a 2016) nos principais periódicos nacionais segundo classificação Qualis da CAPES. Verificou-se predominância da discussão sobre políticas de integração em comparação ao controle migratório, demonstrando uma maior preocupação dos pesquisadores com as políticas de fixação e atenção às pessoas que migraram em detrimento dos mecanismos de entrada e saída. Identificaram-se majoritariamente estudos relativos às etapas de implementação e avaliação em comparação às etapas de formulação e agenda no âmbito do ciclo de políticas públicas. Observou-se ainda uma fragmentação muito grande dos estudos, com poucos autores tendo publicado mais de uma pesquisa nesse período. O volume de artigos encontrados também é baixo, com uma média de apenas 3,5 artigos por ano. Ante esses resultados, delineou-se uma agenda de pesquisa para futuras investigações.

Palavras-chave: migração, políticas públicas, bibliometria

Abstract

This article presents the state of the art of the literature regarding international migrations and its relationship with public policies. Articles published in the last eleven years (2006 to 2016) were selected in the main national journals according to CAPES Qualis classification. The discussion on integration policies was predominant in comparison to migration control, demonstrating a greater concern of the researchers with the policies of fixation and care in spite of to the mechanisms of entry and exit. The majority of the studies were related to the stages of implementation and evaluation of policies in comparison to the stages of formulation and agenda within the scope of the public policy cycle. There was also a large fragmentation in the field, with few authors having published more than one research in the period. The volume of articles found is also low, with an average of only 3.5 articles per year. Faced with these results, a research agenda is outlined for future investigations.

Keywords: migration, public policies, bibliometrics

Sumário

1. Introdução	8
2. Migrações internacionais e políticas públicas: perspectivas recentes de análise	9
3. Método	11
4. Resultados	12
4.1 Autoria e coautoria	12
4.2 Instituição de origem	13
4.3 Periódicos	13
4.4 Distribuição temporal	14
4.5 Distribuição geográfica	15
4.6 Enquadramento do estudo.....	15
4.7 Natureza da pesquisa.....	15
4.8 Recorte temporal.....	16
4.9 Técnicas de coleta dos dados.....	16
4.10 Procedimento de análise dos dados.....	17
4.11 Origem dos dados.....	18
4.12 Tipo de Coleta	18
4.13 Temáticas predominantes	18
4.14 Ciclo de políticas públicas	20
5. Estado da arte e agenda de pesquisa	21
6. Considerações finais	25
Referências bibliográficas	26
Anexo	30

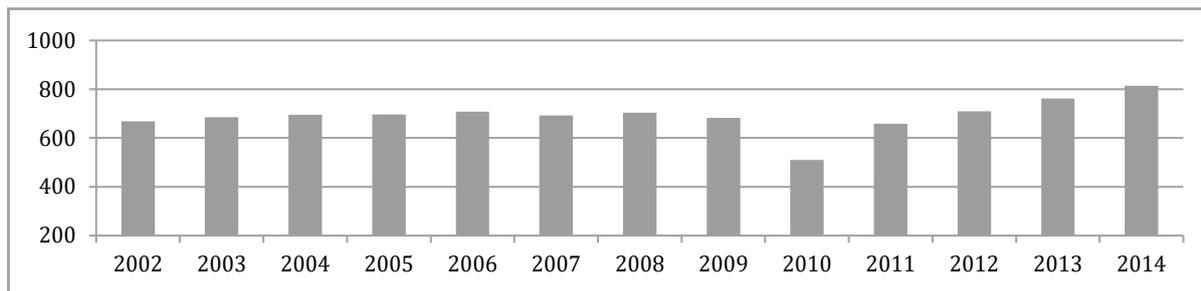
1. Introdução

De acordo com estimativas do relatório Population Facts, da Organização das Nações Unidas (United Nations, 2015), existem hoje mais de 244 milhões de pessoas construindo suas vidas fora dos seus países de origem. Esse volume total de migrantes internacionais representa um aumento de mais de 40% em comparação aos anos 2000. Atualmente, a população migrante corresponde a 3,3% da população global.

O Relatório Mundial sobre Migrações (International Organization for Migration, 2015) identifica a necessidade dos Estados em prevenir violações de direitos dos migrantes e promover seu bem-estar. Também destaca a questão da integração dos migrantes nas áreas urbanas e a consequente diversidade levada ao âmbito local como fator indutor de desafios e oportunidades.

A prestação de serviços públicos a uma população cada vez mais diversificada e com distintas necessidades é um exemplo de desafio, enquanto o fortalecimento das relações entre origem e destino e o aumento da base de mão de obra em idade produtiva são exemplos de oportunidades. Besharov, Lopez e Siegel (2013, p. 656) apresentam alguns destaques sobre as discussões atuais no campo das migrações. Os autores informam sobre alguns padrões principais que caracterizam os atuais fluxos migratórios. Em relação às motivações, a migração destinada aos países desenvolvidos tem como fator principal o incremento dos ganhos econômicos, sendo que aproximadamente 70% do fluxo se refere ao migrante econômico. A migração sul-sul também tem a motivação econômica como fator relevante, mas em menor escala, apenas 30% do fluxo total. Em relação à territorialidade, a migração intrarregional corresponde a 50% dos fluxos migratórios, sendo que os migrantes geralmente cruzam apenas uma fronteira, deslocando-se para um país vizinho ao seu de origem. Em relação às políticas de atração de migrantes, duas vertentes são bem distintas: 1) o recrutamento de trabalhadores com baixa qualificação para suprir demandas por trabalhos domésticos e manuais; e 2) as políticas de atração de mão de obra altamente qualificada por meio de concessão de vistos especiais.

No Brasil, analisando-se os dados oficiais representados no Gráfico 1, verificase a manutenção de aproximadamente 650 mil migrantes residentes ao longo do tempo, com uma elevação nos últimos anos da série, chegando-se a mais de 810 mil pessoas em 2014. Considerando a população total do país, trata-se de contingente ainda proporcionalmente pequeno, representando 0,4% da população.

Gráfico 1 – População estrangeira residente no Brasil (por mil pessoas)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios da PNAD 2002-2014 e do Censo 2010 do IBGE.

Nota: Ainda não estão disponíveis os dados de 2015.

Nesse cenário de aumento de fluxos migratórios internacionais e, conseqüentemente, da intensificação dos desafios e oportunidades vivenciados pelos policy-makers que se propõem a enfrentar essa questão, é necessário conhecer o estágio atual das discussões que relacionam o fenômeno migratório com a estrutura da administração e a prestação de políticas públicas. Para tanto, este artigo pretende colaborar realizando um estudo exploratório de cunho bibliométrico para verificar a produção científica a respeito do tema nos últimos onze anos, entre 2006 e 2016, em periódicos nacionais distribuídos pela classificação Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre A1 e B2 para a área de Administração. Para atingir esse objetivo, a próxima seção apresenta uma breve revisão sobre o fenômeno migratório e sua relação com as políticas públicas no plano internacional. Na sequência, explana-se o método utilizado no levantamento bibliométrico. Adiante, expõem-se os resultados encontrados, com destaque para o estado da arte a respeito do tema, e, por fim, propõe-se uma agenda para pesquisas futuras.

2. Migrações internacionais e políticas públicas: perspectivas recentes de análise

Indiscutivelmente, o escopo deste trabalho está relacionado a um conjunto de discussões que envolvem a sobreposição de duas áreas tipicamente multidisciplinares: o campo de estudos das migrações internacionais e o campo das políticas públicas. A temática das migrações internacionais pode receber diferentes tipos de tratamentos ou abordagens, desde a demografia até o meio ambiente. Por sua vez, a mera definição de políticas públicas recebe contribuições das mais diversas áreas do conhecimento.

Assim sendo, as análises sobre migrações internacionais e políticas públicas apresentam inúmeras possibilidades de enfoque. Todavia, no plano internacional, é possível identificar

alguns temas recorrentes, tais como: a) políticas de controle de entrada; b) políticas de atração de pessoas altamente qualificadas; c) políticas de integração e assistência em países de destino; e d) a relação entre migração, conflito e mudanças climáticas.

A maioria dos países desenvolvidos que se tornam destino de movimentos migratórios internacionais possui políticas de controle que buscam restringir e limitar a migração de refugiados, solicitantes de asilo e pessoas com baixa qualificação. Em sentido oposto, existem políticas bem definidas e de incentivo à recepção de pessoas altamente qualificadas, são as chamadas políticas de brain drain (Besharov; Lopez; Siegel, 2013; Cerna; Chou, 2014; Faggian; Corcoran; Rowe, 2016; Wright, 2014).

Além das regras de controle em âmbito nacional, a literatura internacional discute o papel e os efeitos da instituição, por entes de nível subnacional, de normas atinentes a integração, fiscalização e eventual punição aos imigrantes (Creek; Yoder, 2012; Lewis et al., 2013; Monogan, 2013; Turner; Sharry, 2012). Em perspectiva diametralmente oposta se localiza a discussão do transbordamento de regras de blocos internacionais para os países vizinhos, fenômeno denominado de governança externa migratória, atualmente uma realidade para os países limítrofes à União Europeia (Wunderlich, 2012).

As políticas de integração, educação e saúde são entendidas como necessárias para que os migrantes se adaptem e iniciem a construção de seu espaço próprio na nova localidade de destino. Alguns governos possuem políticas de integração formalizadas, enquanto em outros elas são relegadas à disposição da sociedade civil e da iniciativa privada em provê-las. Nesse tema, discutem-se as barreiras de acesso e os efeitos dessas políticas de suporte às populações migrantes e também suas implicações para os nacionais desses países (Condon; Filindra; Wichowsky, 2015; Fossati, 2011; Kislev, 2016; Liebert; Ameringer, 2013).

Outro fenômeno que tem sido bastante estudado em nível internacional se refere à assunção por parte dos migrantes das tarefas de cuidado e atenção a idosos e crianças. Tal discussão envolve as políticas de assistência social, saúde e trabalho. Ainda que haja diferenças entre os países, as principais formas de concretização desses cuidados seriam por meio do trabalho doméstico, trazendo como consequência uma relação de proximidade ao núcleo familiar. Em alguns casos, é possível identificar a prestação desses serviços por agências privadas especializadas ou até mesmo por meio de políticas institucionalizadas que incentivam essas migrações com a facilitação de concessão de vistos (Da Roit; Weicht, 2013; Da Roit; Van Bochove, 2015; Shutes; Chiatti, 2012; Song, 2015; Van Hooren, 2012; Williams; Brennan, 2012).

A relação entre mudanças climáticas, conflitos e migrações também constitui foco de atenção do campo. Analisam-se as normas internacionais, os papéis organizacionais de organismos multilaterais e as formas de governança nacionais e regio-

nais aplicáveis às migrações induzidas por mudanças ambientais e por conflitos (Geddes; Jordan, 2012; Martin, 2012; Selby; Hoffmann, 2012; Warner, 2012). Todas essas discussões ocorrem no plano internacional, deixando em aberto a questão de como os periódicos brasileiros relacionam o fenômeno das migrações à prestação de políticas públicas, que é a temática que se pretende discutir no presente artigo.

3. Método

A pesquisa analisou artigos publicados entre 2006 e 2016 nos periódicos nacionais da área de avaliação de “Administração, Ciências Contábeis e Turismo”, classificados entre A1 e B2 pelo Qualis2014 da CAPES, envolvendo seis etapas de desenvolvimento. A primeira etapa consistiu na identificação do escopo da análise do trabalho. Dos 504 periódicos contidos nesses estratos, selecionaram-se 103 que poderiam, a princípio, discutir questões sobre gestão, administração e políticas públicas, a partir da leitura dos títulos dos periódicos. Foram selecionadas 11 revistas classificadas como A2, 35 como B1 e 57 como B2. Não foram identificados periódicos com classificação A1 (Tabela 1, em anexo).

A segunda etapa tratou da prospecção dos artigos. Buscaram-se, nas bases de dados das páginas institucionais de cada periódico, artigos com as expressões ‘migração’, ‘migrações’, ‘migrante’, ‘migration’ e ‘migrant’ em títulos, palavras chave, resumos e corpo do texto. Foram excluídos os resultados flagrantes em que não se identificava relação do objeto do artigo com a administração pública ou políticas públicas, como ‘migração de executivos’, ‘migração interestadual’, ‘migração rural-urbana’, ‘migração animal’. Após essa busca, foram identificados 90 artigos que discutem o tema ‘migrações’ na perspectiva da mobilidade humana entre países.

A terceira etapa consistiu na elaboração de instrumento de tratamento e análise de dados. O instrumento contém categorias de identificação e de análise do artigo, como: ano, autor, instituição de origem, periódico, título, local do estudo, objetivo do artigo, principais resultados, área da política pública relacionada, etapa do ciclo de políticas públicas enfocada, enquadramento do estudo, natureza da pesquisa, recorte temporal, técnica de coleta de dados, procedimentos de análise dos dados, origem dos dados, e tipo de coleta.

A quarta etapa tratou da classificação dos artigos nas categorias estabelecidas previamente. Nesse momento, excluíram-se 51 artigos da base de estudo, pois, a partir de uma leitura atenta dessas pesquisas, identificou-se que abordam o tema das migrações, mas não sob a ótica de seu relacionamento com as políticas públicas. Para fins de exemplificação, cabe registrar que foram excluídas pesquisas que abordavam: exclusivamente histórias de vida de migrantes; alterações das

relações de gênero no âmbito intrafamiliar; estatísticas de crescimento populacional; dados de saúde/doença dessa população sem vinculação a uma discussão sobre política de saúde; entre outros estudos que não abordavam a esfera pública com implicações para a gestão governamental. Restaram então 39 artigos, que constituíram a base final para a sequência da pesquisa.

A quinta etapa consistiu na utilização de estatística descritiva como forma de ilustrar os achados passíveis de observação quantitativa. A sexta e última etapa, e talvez a mais importante, consistiu na análise substantiva dos resultados encontrados nos artigos revisados. O objetivo dessa análise final foi identificar o estado arte a respeito do tema, ou seja, identificar o conhecimento existente nas publicações nacionais, o que se discute sobre migrações internacionais e sua relação com as políticas públicas e com a administração pública. Ao identificar o conhecimento existente, é possível visualizar que pontos são enfatizados no debate acadêmico desse tema, as lacunas teóricas que ainda precisam ser preenchidas e qual é a direção mais próspera para uma agenda de estudos futuros.

4. Resultados

Nesta seção serão apresentados os resultados de autoria e coautoria, instituição de origem dos autores, distribuição das pesquisas nos periódicos selecionados, distribuição temporal e geográfica, métodos e temáticas predominantes e o momento do ciclo de políticas públicas enfocado.

4.1 Autoria e coautoria

Verifica-se que, dos 39 estudos analisados, 48,7% dos artigos foram produzidos por um único autor, enquanto os 51,3% restantes foram produzidos em coautoria. Contando autores e coautores, chega-se a um total de 63 pesquisadores envolvidos nessa amostra, sendo que apenas 5 deles se repetem com 2 artigos produzidos¹, não havendo nenhum pesquisador relacionado a 3 ou mais pesquisas. Esses resultados indicam fragmentação dos estudos e baixa relação entre os autores. As múltiplas possibilidades de investigação que relacionam os temas de migrações

1 Bäckström publicou dois artigos, nos anos de 2011 e 2012, baseados em pesquisas qualitativas que investigaram a integração de populações migrantes às políticas da área da saúde. Já Patarra publicou dois artigos no ano de 2006, um deles apenas teórico e outro teórico-empírico baseado em uma pesquisa quantitativa. O primeiro relacionado à política de assistência social e o segundo à de trabalho. Reis, por sua vez, publicou dois artigos teóricos, em 2006 e 2009, ambos relacionados à área de segurança pública. Já Silveira publicou dois artigos teórico-empíricos, em 2009 e 2013, ambos baseados em pesquisas qualitativas e relacionados à área da saúde. Vilela, por fim, publicou também dois artigos teórico-empíricos, em 2011 e 2015, que se basearam em pesquisas quantitativas e relacionados à área de trabalho.

internacionais e políticas públicas podem indicar uma pista sobre a baixa relação entre os pesquisadores. Estudos que focam no tema da educação não necessariamente precisarão buscar fontes que abordem a questão da segurança nas áreas de fronteira, por exemplo. Apesar disso, a fragmentação encontrada pode indicar ausência de visão multidisciplinar na abordagem do fenômeno migratório, e com isso impedir avanços mais significativos no tratamento das mais diversas dificuldades encontradas por essas pessoas.

4.2 Instituição de origem

Analisando as instituições de origem de todos os 63 pesquisadores, identificouse que 24 se vinculam a instituições nacionais e 29 a instituições internacionais, com destaque para universidades e centros de pesquisa de Portugal, com 13 afiliações, e dos Estados Unidos, com 6 afiliações. Não foi possível identificar a instituição de origem de 10 pesquisadores, que responderam por 9 pesquisas da amostra.

Avaliando as instituições de pesquisa em termos de quantidade de estudos produzidos dentro da amostra selecionada, destacam-se: a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 4 pesquisas cada uma; a Universidade Aberta (Portugal) e a Universidade do Minho (Portugal), com 3 pesquisas cada uma; e a Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP) e a Universidade do Porto (Portugal), com 2 estudos cada. Todas as demais instituições aparecem com apenas 1 estudo produzido.

Ante esses números, é possível averiguar um grau relativamente considerável de internacionalização das pesquisas no campo das migrações publicadas em periódicos brasileiros. Dos pesquisadores em que foi possível identificar a instituição de origem, 54,7% informaram vinculação a alguma instituição internacional, sendo responsáveis pela autoria ou coautoria de 16 estudos dos 30 artigos que identificaram a origem dos autores.

4.3 Periódicos

Dos 103 periódicos em que se procedeu a busca para este trabalho, os 39 artigos da amostragem final se distribuem em 19 deles, sendo que 6 possuem mais de 1 pesquisa selecionada, merecendo destaque na Tabela 2.

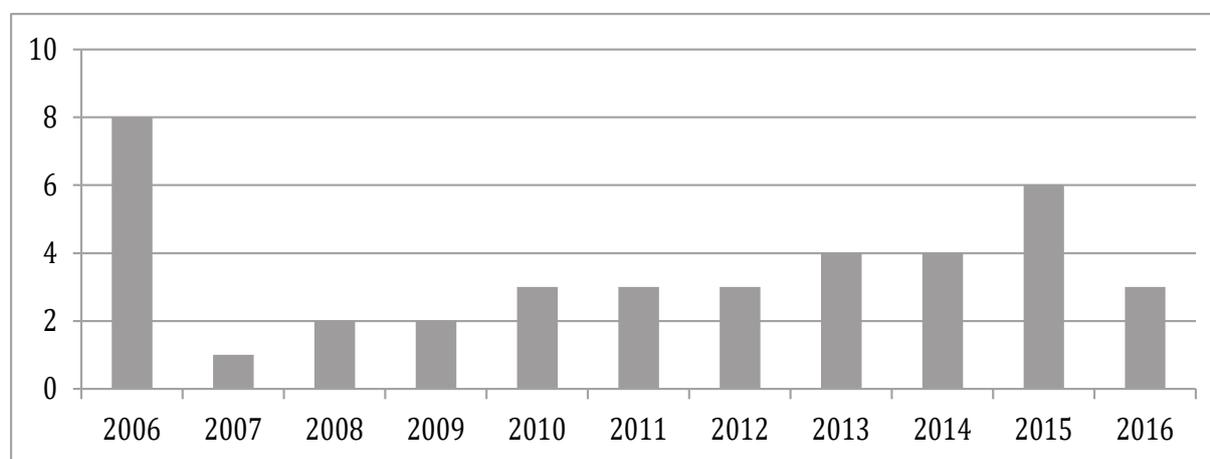
Tabela 2 – Distribuição de artigos por periódicos

Periódico	Classificação	Frequência
Estudos Avançados	B2	8
Saúde e Sociedade (USP)	B2	7
Revista Brasileira de Estudos de População	B1	4
Cadernos de Saúde Pública (ENSP)	A2	3
Educação e Pesquisa (USP)	B2	2
Revista Brasileira de Ciências Sociais	B1	2
Outros	-	13
Total		39

Fonte: Elaboração própria.

4.4 Distribuição temporal

No período enfocado, 2006 a 2016, verifica-se uma média de publicação de 3,5 artigos por ano. O ano de 2006, com 8 publicações, desvia bastante dessa média em razão de uma edição especial da revista Estudos Avançados, que publicou um dossiê pertinente ao tema das migrações, do qual 7 artigos foram selecionados como pertinentes à amostra desta pesquisa. Excluindo o ano de 2006, verifica-se uma tendência constante de aumento nas publicações, ainda que pequena, destoando apenas o último ano da série, com apenas três artigos publicados (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Distribuição temporal dos artigos da amostra

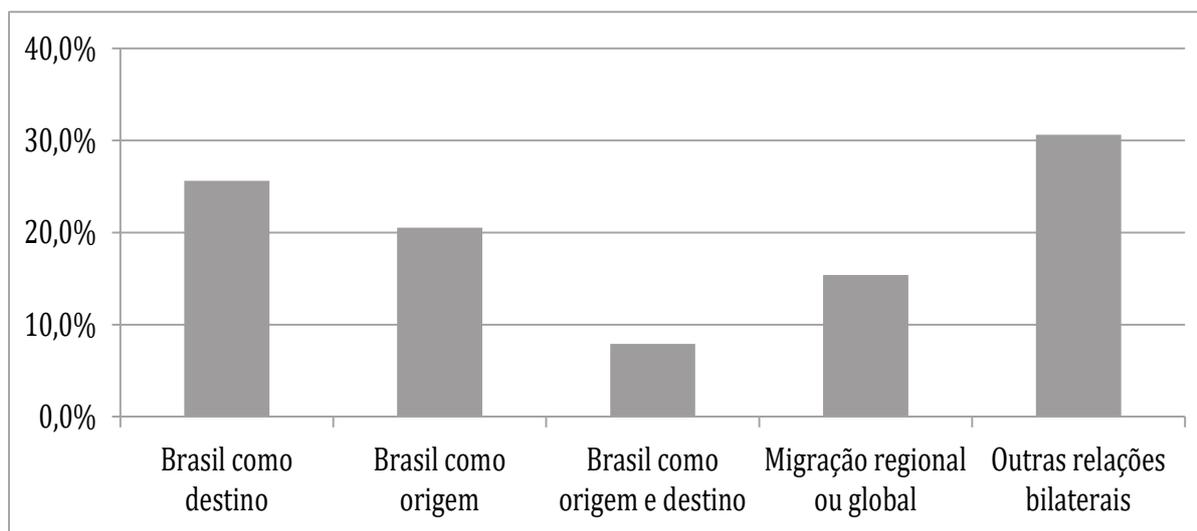
Fonte: Elaboração própria.

4.5 Distribuição geográfica

Acerca da distribuição geográfica das pesquisas, aproximadamente 54% abordam o fenômeno migratório e sua vinculação direta com o território brasileiro ou com seus nacionais. Desses, 25,6% abordam o Brasil como destino de fluxos migratórios, 20,5% como origem, e 7,9% explicitam fenômenos fronteiriços, em que o Brasil é tanto origem quanto destino.

Entre os 46% dos estudos que não enfocam o Brasil ou seus nacionais, destacam-se as análises do fenômeno em âmbito regional ou global em 15,4% das pesquisas, sendo que os 30,6% restantes abordam outras relações bilaterais, conforme se verifica no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Distribuição geográfica dos movimentos migratórios



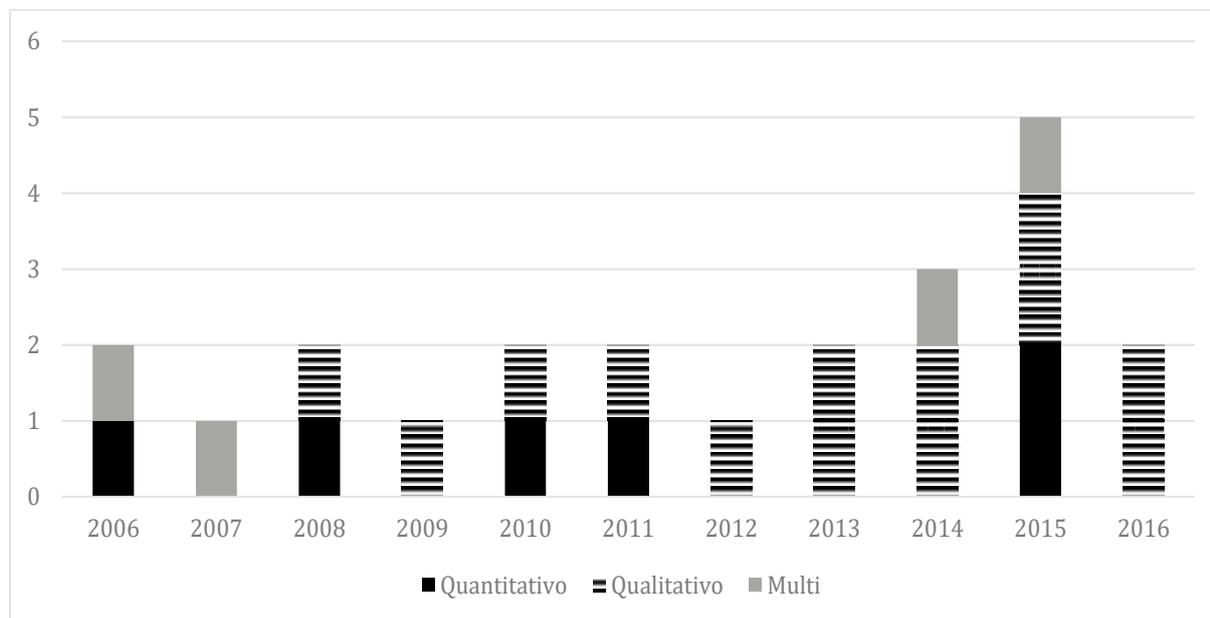
Fonte: Elaboração própria.

4.6 Enquadramento do estudo

Dos 39 artigos da amostra, 23 deles se enquadram como teórico-empíricos, enquanto que os 16 restantes são revisões teóricas.

4.7 Natureza da pesquisa

Trata-se de identificar se os estudos são qualitativos, quantitativos ou multimétodo. Para tanto, selecionaram-se apenas os artigos teórico-empíricos, uma vez que às revisões teóricas não se aplica essa classificação. Verificase predominância dos estudos qualitativos (56,5%), conforme ilustrado pelos resultados apresentados no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Distribuição dos artigos da amostra por natureza da pesquisa

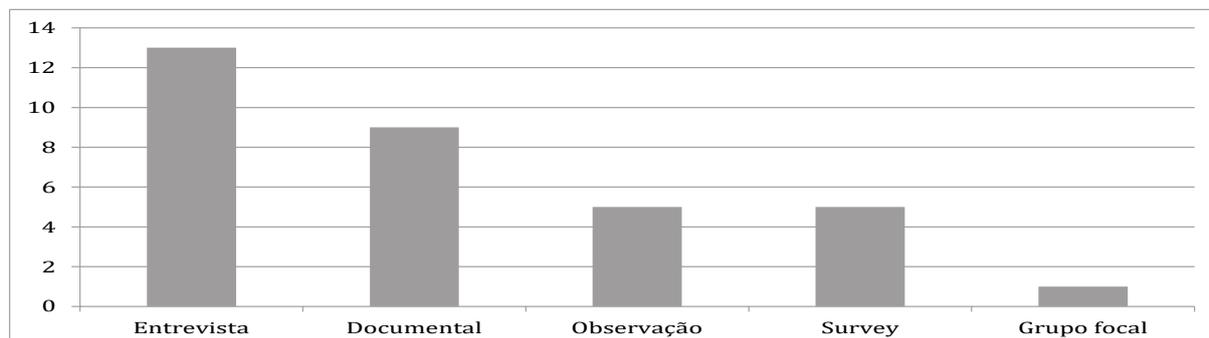
Fonte: Elaboração própria.

4.8 Recorte temporal

Dos 23 estudos teórico-empíricos, 22 fazem um recorte temporal transversal dos dados, ou seja, apresentam um retrato do momento. Apenas 1 artigo apresenta dados de forma longitudinal. Essa tendência pode indicar uma dificuldade em se obter dados em diversos momentos de tempo, seja pela ausência de indicadores oficiais que meçam informações sobre as populações migrantes, seja pelo custo de se acessar respondentes ou entrevistados em mais de um período.

4.9 Técnicas de coleta dos dados

Em relação à coleta dos dados, o destaque é conferido ao procedimento das entrevistas, seguido pelas técnicas documental e de observação. O Gráfico 5 apresenta os resultados encontrados. Nota-se que a soma de todas as técnicas ultrapassa a quantidade total de artigos teórico-empíricos, o que é explicado pelo uso de múltiplos procedimentos em uma mesma pesquisa. Dos 23 artigos analisados, 7 apresentam essa característica, sendo que 3 utilizaram 2 técnicas, e 4 utilizaram 3 ou mais procedimentos.

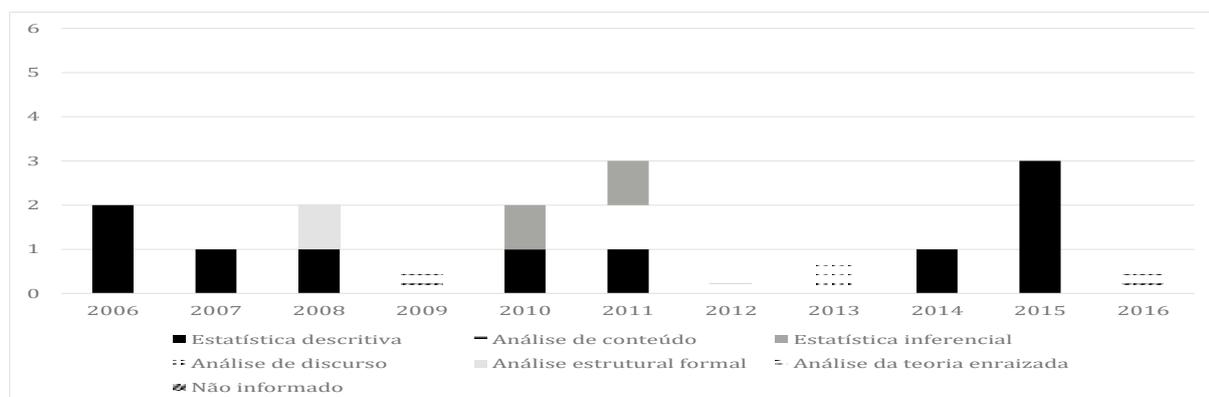
Gráfico 5 – Distribuição dos artigos da amostra por técnica de coleta dos dados

Fonte: Elaboração própria.

4.10 Procedimento de análise dos dados

Em relação à análise dos dados, destaca-se a quantidade expressiva de artigos que não informaram que procedimento foi utilizado, quase 35% dos estudos teóricoempíricos. Todos esses possuem natureza qualitativa. Essa é uma constatação significativa, que pode gerar críticas quanto à validade e confiabilidade dessas pesquisas, cabendo fazer uma ressalva a partir das discussões de Paiva Júnior, Souza Leão e Mello (2011). As pesquisas qualitativas precisam explicitar seus critérios e processos de investigação, de modo a permitir potenciais replicações do estudo, em que pese o reconhecimento da historicidade dos fenômenos e de sua construção social contextual.

Em sentido contrário, destaca-se que 3 pesquisas identificaram 2 tipos de procedimentos de análise, o que justifica que os valores do Gráfico 6 não somem um total de 23 procedimentos, mas sim 26. A estatística descritiva desponta como o método de análise mais utilizado, seguido da análise de conteúdo e da estatística inferencial.

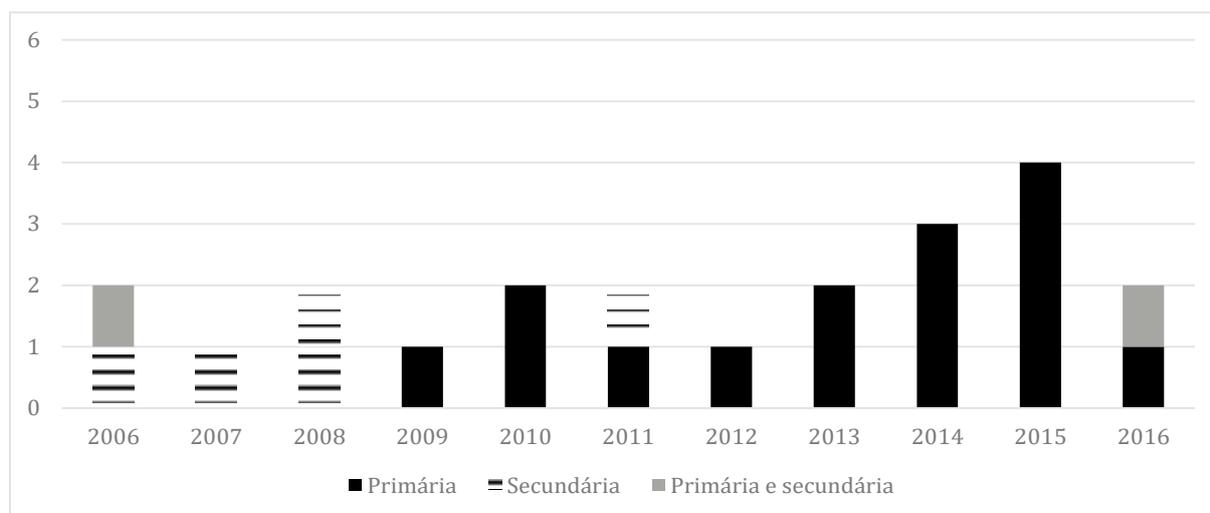
Gráfico 6 – Distribuição dos artigos da amostra por procedimento de análise dos dados

Fonte: Elaboração própria.

4.11 Origem dos dados

Conforme apresentado no Gráfico 7, a obtenção de dados de origem primária é majoritária, o que reforça a inferência de que o fenômeno estudado ainda é pouco permeável a bases de dados oficiais. Alguns poucos artigos utilizaram fontes de dados primárias combinadas com secundárias, evidenciando um esforço louvável de diversificação de fontes.

Gráfico 7 – Distribuição dos artigos da amostra por origem dos dados



Fonte: Elaboração própria.

4.12 Tipo de Coleta

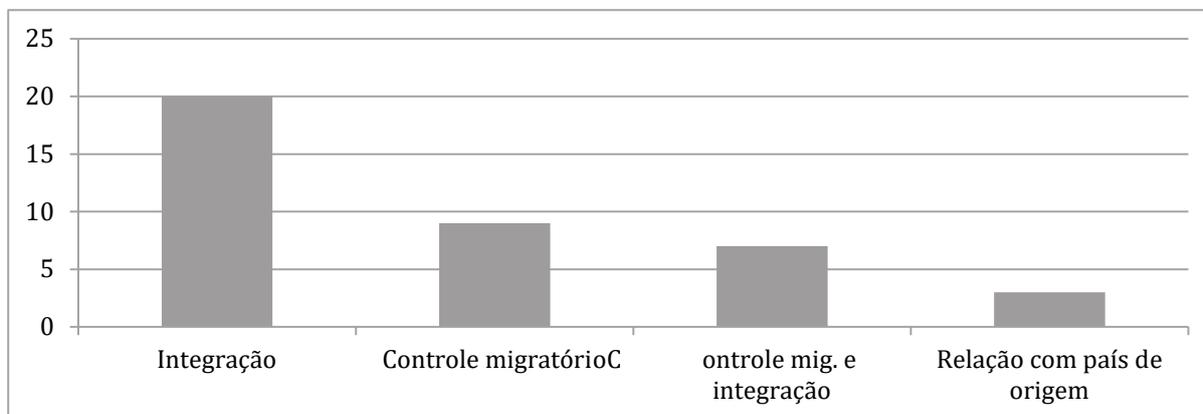
A descrição dos resultados acerca do tipo de coleta se restringe aos artigos cujas origens dos dados apresentam a coleta direta, ou seja, primária. Desses 17 artigos, 15 fizeram a coleta presencialmente, 1 à distância, e 1 não informou o procedimento.

4.13 Temáticas predominantes

A seguir, busca-se averiguar como os artigos selecionados se distribuem nos diversos temas de políticas públicas. Uma primeira classificação se refere aos: a) artigos que tratam principalmente de questões referentes ao fluxo, controle migratório e regras de permanência; b) artigos que abordam a questão da integração às políticas públicas que atendem e são direcionadas aos migrantes; c) artigos que discutem ambos os pontos a) e b); e d) artigos que analisam a relação dos migrantes com seus países de origem, abordando políticas como a de remessas, por exemplo. Os resultados são apresentados no Gráfico 8. Relevante notar a predominância de estudos referentes à integração dos migrantes no território nacional, demonstrando a preocupação com

as pessoas que já ingressaram no território em detrimento da análise dos fenômenos de controle de fronteiras.

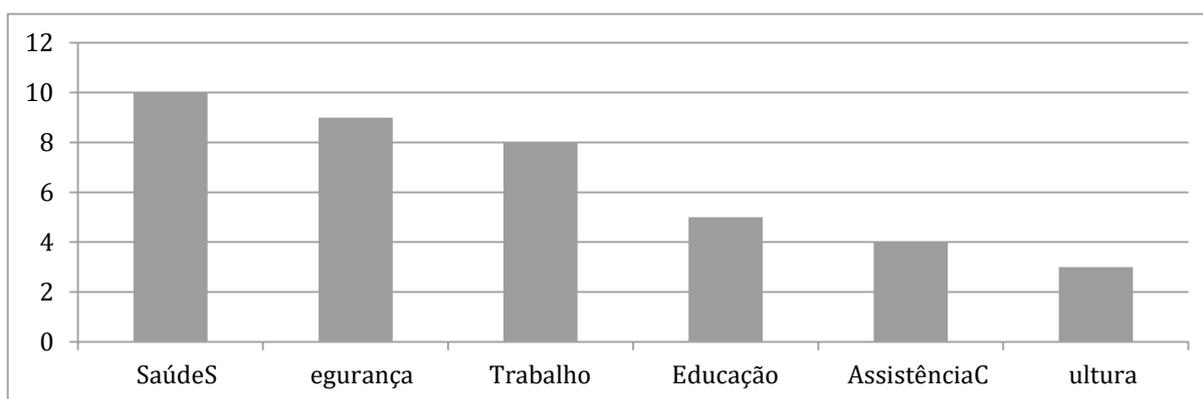
Gráfico 8 – Distribuição dos artigos da amostra por temas



Fonte: Elaboração própria.

Uma outra classificação possível se refere à área principal de política pública a que o estudo se refere. Ressalta-se que algumas pesquisas se alinham a mais de uma área de política pública, sendo avaliado nesse momento a área que prepondera. Verificase que os três maiores resultados estão ligados às políticas de saúde, segurança e trabalho, correspondendo a quase 70% do total dos artigos selecionados. Os demais artigos se distribuem entre as áreas de educação, assistência e cultura, conforme pode ser visto no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Distribuição dos artigos da amostra por área de política pública



Fonte: Elaboração própria.

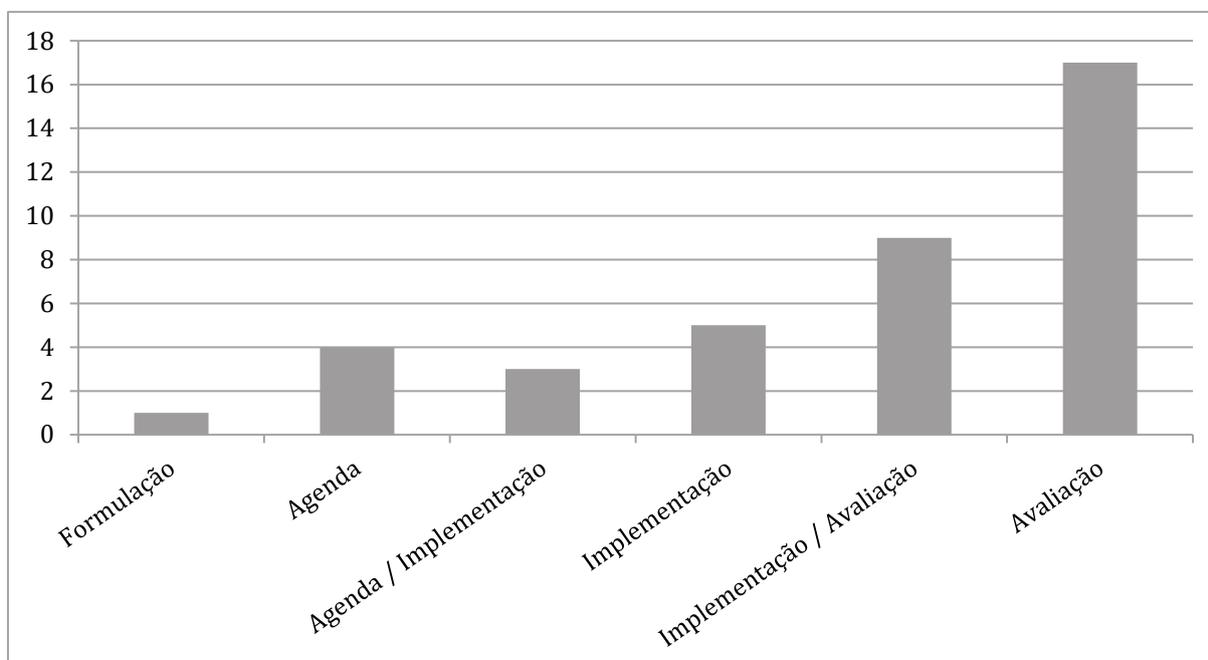
Essa distribuição evidencia o quão plural e multifacetado é o fenômeno migratório, permitindo miríades de análises, seja nas perspectivas de controle migratório ou integração no território, seja nos múltiplos campos temáticos das políticas públicas.

4.14 Ciclo de políticas públicas

Além das classificações temática e por área de política pública, buscou-se identificar em qual etapa do ciclo de políticas públicas a discussão migratória se inseria. Consideraram-se as etapas de formulação, agenda, implementação e avaliação. As etapas de formulação e agenda são anteriores ao processo decisório de implementar a política. A etapa de formulação compreende o espaço para o desenho da política pública e de diagnósticos prévios. Já a etapa de agenda se refere ao momento de discussão dos atores relevantes, das condicionantes prévias, dos entraves e potencialidades do tema entrar no rol formal das políticas públicas. A etapa de implementação faz referência ao momento de execução da política, nela os estudos apresentam algum déficit de implementação, alguma oportunidade de melhoria ou correção de rumos. Já a última etapa, como o próprio nome indica, apresenta avaliações da política pública, sejam embasadas em percepções individuais, sejam fundamentadas em abordagens de nível meso ou organizacional.

Por certo, a divisão estanque dos artigos em fases do ciclo não poderia ser concretizada, dada a dinamicidade do processo de policy making e também das pesquisas, que muitas vezes perpassam mais de uma fase do ciclo. Apesar dessas ressalvas, é possível retirar alguns insights dessa classificação aproximada apresentada na Gráfico 10.

Gráfico 10 – Distribuição dos artigos da amostra por etapa do ciclo de política pública



Fonte: Elaboração própria.

Apenas 1 estudo trata do momento de formulação da política pública, representando algo como que 2% da amostra. Sobre a etapa de agenda, 7 pesquisas a abordam, algo

perto de 18% dos estudos (10% exclusivamente essa etapa). Referente ao momento de implementação, 17 artigos são identificados, representando 44% da amostra (13% exclusivamente essa etapa). O momento de avaliação é discutido em 26 pesquisas, sendo 67% do total (43% exclusivamente essa etapa). A soma ultrapassa 100% em virtude de vários artigos abordarem mais de uma etapa do ciclo de políticas públicas.

Esses números nos permitem verificar que os estudos sobre implementação e avaliação, no âmbito da amostra deste artigo, são preponderantes em relação aos estudos de formulação e agenda da política migratória, sugerindo que essa etapa pré-decisória e anterior à implementação das políticas pode ser mais explorada.

5. Estado da arte e agenda de pesquisa

A partir da análise dos 39 artigos, é possível delinear as discussões recentes mais proeminentes nos periódicos de referência nacionais, em que pese a multiplicidade de enfoques dentro de cada política temática em sua articulação com o fenômeno das migrações internacionais. Os temas de saúde das mulheres migrantes, regulação da entrada e segurança, seletividade das autorizações e precariedade das condições no campo do trabalho, interculturalidade da educação, remessas financeiras e alívio da pobreza, e a fragilidade na articulação de políticas em zonas de fronteira são recorrentes. As principais discussões serão elencadas na sequência, permitindo uma visualização mais qualificada e ao mesmo tempo global do que o campo está produzindo.

A discussão que se estabelece no plano da política de saúde apresenta um claro recorte de gênero. Cerca de 40% dos estudos enfocam a saúde da mulher migrante. Tais estudos analisam a proposição de um serviço diferenciado de atendimento (Almeida et al., 2014), comparam o uso dos serviços no país de origem e no país de destino (Madi; Cassanti; Silveira, 2009), ou investigam as dificuldades de acesso aos serviços (Deeb-Sossa et al., 2013; Topa; Neves; Nogueira, 2013).

Também evidenciando as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, mas sem o recorte de gênero, Goldberg e Silveira (2013) informam que a condição de clandestinidade, isto é, a irregularidade administrativa e migratória, gera estigmatização no atendimento realizado pelos serviços de atenção locais. Outra discussão que se apresenta nesse campo de política pública faz referência à relação entre status migratório, nível socioeconômico e o acesso à saúde. Para Bäckström (2011) e Alves e Bäckström (2012), o nível socioeconômico é mais determinante do que as diferenças de cultura e etnicidade nas práticas de saúde das populações migrantes. Em relação ao momento do ciclo das políticas públicas focado nos artigos que discutem o tema da saúde, verifica-se majoritariamente discussões atinentes às etapas de implementação e

avaliação. Como visto, discutem-se déficits de execução da política e apresentam-se avaliações sobre o acesso à saúde pela população migrante.

No plano da segurança, a relação com a migração se estabelece majoritariamente em conexão com a regulamentação da entrada, discussões essas que enfocam menos o território brasileiro e mais análises focadas em países desenvolvidos que recebem grandes contingentes de migrantes. Reis (2006), Brancante e Reis (2009), e Brito (2013) delineiam essa tendência, em que a agenda de segurança gera políticas de restrição para breçar a emigração de países menos desenvolvidos e até mesmo para reduzir os direitos daqueles que já se encontram no território de destino. Discussão ainda minoritária é a análise dos casos de violência contra migrantes, que, no território brasileiro, pode ser vista a partir do estudo de Leão e Demant (2016). Nesse âmbito, a garantia de canais institucionalizados para exercer suas reivindicações, e, no limite, a conquista de seus direitos políticos podem ser fatores preponderantes a reduzir as violações sofridas por essas populações. No tema da segurança, o conjunto dos artigos apresenta maior pluralidade na abordagem das etapas do ciclo das políticas públicas. Observam-se estudos sobre formulação, agenda, implementação e avaliação. Discute-se a formulação de regras para a proteção de migrantes, o papel da mobilização política como fator de alteração da agenda da segurança, verificam-se déficits na implementação da política gerando um Estado violador, e avaliam-se os impactos da securitização da imigração.

Em relação à política de trabalho, destaca-se a sua vinculação ao tema do controle migratório. Segundo Vilela e Sampaio (2015), ao analisar as autorizações de permanência a estrangeiros no Brasil entre 2005 a 2011, infere-se certa seletividade e restritividade, dada a predominância de autorizações a trabalhadores profissionais e investidores, homens, altamente qualificados e de países, em geral, mais desenvolvidos (norte-americanos, europeus e asiáticos). De maneira alinhada, mas analisando fenômeno inverso, acerca da entrada de indocumentados, Araujo, Filartigas e Carvalho (2015) descrevem as difíceis condições de trabalho de imigrantes bolivianos no Brasil. Em outro artigo, Vilela (2011) chega a resultados que indicariam uma discriminação positiva dos imigrantes que trabalham no Brasil. À primeira vista, esse resultado poderia ser visto com estranheza, mas justifica-se por a base de análise se restringir aos imigrantes documentados regularmente, que, em sua maioria, são bem qualificados. No âmbito da política do trabalho, os estudos sobre implementação predominam, discutindo a precariedade das condições das pessoas que migram irregularmente. No entanto, estudos sobre agenda e avaliação também podem ser encontrados, como a discussão sobre integração legislativa e a constatação da seletividade da política.

Sobre a política pública de educação, não se verificou na amostra estudos sobre a integração do migrante no sistema brasileiro de ensino, o que se traduz em um convite para pesquisas futuras. Identificaram-se estudos que abordam a questão no âmbito de países como Espanha, Portugal, Estados Unidos, República Dominicana e Equador,

relatados nos periódicos nacionais. Nessa amostra, Del-Sol-Flórez (2012) destaca a dificuldade em se estabelecer modelos de educação pluricultural e pluriétnica. O autor ressalta a falta de orientações, de recursos competenciais e de currículos de raiz intercultural. Já Bartlett, Rodriguez e Oliveira (2015) enfatizam o espaço da escola como indutor da cidadania e da inclusão, ao mesmo tempo em que expõe os migrantes ao poder do Estado, moldando suas identidades. No âmbito nacional, a discussão travada pode ser ilustrada pelo trabalho de Ramos e Velho (2011), em que abordam a propensão de doutorandos brasileiros migrarem. Esses autores identificam que essa propensão é comparativamente baixa em relação ao cenário internacional e afirmam que a política estatal de formação de doutores no Brasil vem reforçar essa tendência. No campo da educação, a maioria dos estudos se aproxima das discussões avaliativas, enfatizando a não existência de um padrão de educação intercultural e pluriétnica.

O debate sobre remessas internacionais de migrantes a seus familiares no país de origem localiza esse âmbito da política migratória como política assistencial. No Brasil, Martes e Soares (2006) verificam que os efeitos produtivos dessas remessas são muito baixos, de modo que seria irreal esperar que atenuassem a pobreza e promovessem o desenvolvimento. Os autores informam que, do montante de remessas, algo entre 1 e 4 bilhões de dólares para o ano de 2000 (considerando a população máxima e mínima de emigrantes internacionais estimados), cerca de 76% se destinam à ajuda familiar, ou seja, não são utilizadas com propósito produtivo, mas sim com despesas correntes do dia a dia. Brzozowski (2012) discorda em termos, uma vez que informa que os efeitos não são sentidos no cenário macroeconômico, mas o são em nível meso, regional. Patarra (2006) alarga esse debate evidenciando o outro lado da balança, qual seja, o investimento que fora feito pelos países de origem nesses cidadãos antes de migrarem e sua contribuição produtiva no país de destino. Apesar de um eventual efeito positivo das remessas internacionais aos países de origem, há que se considerar que esses cidadãos receberam investimentos de seus próprios países, como na sua educação e saúde, e que agora são utilizados em benefício dos países de destino.

Uma questão que também aparece de forma recorrente na amostra analisada é o estudo das zonas de fronteira brasileiras e como a política migratória nacional não apresenta soluções para os deslocamentos humanos nessas localidades. Essa discussão articula de forma transversal os mais diversos campos das políticas públicas, como saúde, trabalho e segurança. Véran, Noal e Fainstat (2014) e Santos (2016) abordam aspectos do fluxo haitiano, que gerou uma crise na prestação de serviços no Estado do Amazonas, dada a ausência de articulação e direcionamento das políticas migratórias. Falhas na assistência e na proteção evidenciam que a gestão interfederativa das questões migratórias não foi eficiente.

Para além das crises geradas por movimentos migratórios não facilmente previsíveis, o próprio fluxo ordinário e histórico de fronteiriços da Bolívia, Peru, Colômbia,

Venezuela e Guiana, para citar alguns, também gera problemas nas zonas de fronteira. Os entraves burocráticos e jurídicos para trânsito e permanência dessas pessoas acabam por agravar violações de direitos humanos (Oliveira, 2006). Essas áreas se tornam corredores para o narcotráfico, contrabando e outros crimes. Falta uma política específica que possa dar conta dessas configurações socioculturais de fronteira que permita a garantia de um mínimo de cidadania para essas pessoas (Rodrigues, 2006).

Em que pese a multiplicidade de discussões que foram encontradas na base de artigos desta pesquisa, algumas questões não foram identificadas ou foram pouco exploradas nos periódicos nacionais, podendo constituir uma agenda de pesquisas futura. A relação entre meio ambiente e migrações, seja no âmbito das políticas, seja no âmbito dos impactos, não foi observada. A integração de migrantes no sistema educacional brasileiro é outra lacuna. A existência ou não de uma política do Estado brasileiro com suas populações diaspóricas também não é enfocada.

Tema menos recorrente, mas que poderia ser endereçado com mais ênfase pelos pesquisadores, é a regularização de migrantes indocumentados. As disputas internas à administração para se adaptar à realidade fática da presença dos migrantes e recebê-los em seu território ou recorrer a instrumentos jurídicos de expulsão e deportação é um dilema para os agentes públicos.

Os mecanismos de governança entre os órgãos da administração pública que têm interface com os migrantes não são enfocados em nenhum artigo. Considerando o migrante como um cidadão que tem necessidades nos mais diversos campos das políticas públicas, faz-se necessário compreender essas dinâmicas, em face de contradições na prestação das políticas.

A formulação de políticas e a construção das agendas nacionais referentes ao tema da migração também carece de uma análise mais detida. Conforme visto na seção de resultados, há predominância dos estudos sobre as etapas de implementação e avaliação das políticas. Faz-se necessário compreender, por exemplo, quais seriam os fatores a impulsionar a adoção de políticas públicas mais liberais ou conservadoras pela administração.

Para além dessas discussões, o campo carece de estudos sobre as relações entre os países de origem e destino, os vínculos mantidos pelas populações diaspóricas, e o impacto da migração nos países de origem. Seria a migração um fator de perpetuação das desigualdades entre países emissores e receptores? No âmbito da administração pública, é importante estudar as políticas públicas na origem, que podem estancar a migração, ou até mesmo promover relações mais saudáveis com suas populações que emigraram.

6. Considerações finais

O presente estudo apresentou o estado da arte a respeito das múltiplas relações entre as políticas públicas e os movimentos migratórios internacionais por meio de uma investigação bibliométrica nos principais periódicos nacionais do campo da Administração. Na análise procedida, verificou-se predominância da discussão sobre políticas de integração em relação ao controle migratório, demonstrando uma maior preocupação dos pesquisadores com as políticas de fixação e atenção às pessoas que migraram em detrimento dos mecanismos de entrada e saída. Dentre as políticas temáticas, saúde, segurança e trabalho se destacam, compondo as discussões de mais de 70% da amostra.

Uma constatação que abre espaço para futuros estudos é a discussão das etapas de formulação e agenda em comparação às discussões sobre implementação e avaliação de políticas públicas. Entende-se que investigações sobre o momento prédecisório em políticas públicas, com a identificação dos determinantes da adoção de uma determinada linha de política, são tão importantes quanto os estudos sobre a implementação da política escolhida e sua avaliação. Mecanismos de governança, processos de regularização de migrantes e relações com as populações diaspóricas também são pouco enfatizados pela literatura.

Por meio da revisão, observou-se uma fragmentação muito grande dos estudos, com poucos autores tendo mais de uma pesquisa publicada. O volume de artigos também é baixo; considerando-se o período de 11 anos de análise, verificou-se uma média de apenas 3,5 artigos por ano. Conclui-se que falta robustez e uma visão mais transversal e integrada da relação entre o fenômeno migratório e as políticas públicas nos periódicos nacionais.

Importante mencionar as limitações da pesquisa em relação à definição dos periódicos analisados e em relação à classificação dos artigos. A pesquisa utilizou como recorte apenas as revistas classificadas nos estratos superiores de acordo com o Qualis da CAPES para a área de avaliação “Administração, Ciências Contábeis e Turismo”. Caso o critério para a seleção das revistas tivesse sido outro, eventualmente abrangendo periódicos de outras áreas de avaliação das Ciências Sociais, os resultados se alterariam. De modo que o estudo atual não deve ser tratado de forma estanque e definitiva, mas apenas como uma contribuição de pesquisa. Em relação à forma de classificação dos artigos selecionados, procedeu-se a uma análise manual que carrega em si a subjetividade dos pesquisadores, de modo que uma replicação exata do procedimento metodológico por outros pesquisadores poderia implicar resultados distintos. A despeito das limitações apresentadas, tentou-se tornar claro o procedimento de busca, análise e resultados, visando assim aumentar a validade e confiabilidade da pesquisa.

Referências bibliográficas

Almeida, Ligia Moreira et al. Assessing maternal health care inequities among migrants: a qualitative study. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 30, n. 2, p. 333-340, 2014. Alves, Fátima; Bäckström, Bárbara. Lidar com a doença mental – a pluralidade de sistemas de cuidados e de itinerários terapêuticos: análise comparativa de dois estudos efectuados junto de duas populações residentes em Portugal. *Saúde e Sociedade*, v. 21, n. 3, p. 543-557, 2012.

Araujo, Ana Paula Correia de; Filartigas, Danilo Magno Espíndola; Carvalho, Luciani Coimbra de. Bolivianos no Brasil: migração internacional pelo corredor fronteiriço Puertoquijarro (BO)/Corumbá (MS). *Interações*, v. 16, n. 1, p. 131-141, 2015.

Bäckström, Bárbara. Comportamentos de saúde e doença numa comunidade caboverdiana em Lisboa. *Saúde e Sociedade*, v. 20, n. 3, p. 758-772, 2011.

Bartlett, Lesley; Rodríguez, Diana; Oliveira, Gabrielle. Migração e educação: perspectivas socioculturais. *Educação e Pesquisa*, v. 41, n. especial, p. 1153-1171, 2015.

Besharov, Douglas; Lopez, Mark; Siegel, Melissa. International conference news: trends in migration and migration policy. *Journal of Policy Analysis and Management*, v. 32, n. 3, p. 655-660, 2013.

Brancante, Pedro Henrique; Reis, Rossana Rocha. A “securitização da imigração”: mapa do debate. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 77, p. 73-104, 2009. Brito, Fausto. A politização das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 30, n. 1, p. 77-97, 2013.

Brzozowski, Jan. Migração internacional e desenvolvimento econômico. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 75, p. 137-156, 2012.

Cerna, Lucie; Chou, Meng-Hsuan. The regional dimension in the global competition for talent: lessons from framing the European Scientific Visa and Blue Card. *Journal of European Public Policy*, v. 21, n. 1, p. 76-95, 2014.

Condon, Meghan; Filindra, Alexandra; Wichowsky, Amber. Immigrant inclusion in the safety net: a framework for analysis and effects on educational attainment. *Policy Studies Journal*, v. 44, n. 4, p. 424-448, 2015.

Creek, Heather; Yoder, Stephen. With a little help from our feds: understanding state immigration enforcement policy adoption in American federalism. *Policy Studies Journal*, v. 40, n. 4, p. 674-697, 2012.

Da Roit, Barbara; Van Bochove, Marianne. Migrant care work going Dutch? The emergence of a live-in migrant care market and the restructuring of the Dutch longterm care system. *Social Policy & Administration*, vol. 51, n. 1, p. 76-94, 2015. Da Roit, Barbara; Weicht, Bernhard. Migrant care work and care, migration and employment regimes: a fuzzy-set analysis. *Journal of European Social Policy*, v. 23, n. 5, p. 469-486, 2013.

indocumentadas en California, Estados Unidos, em su acceso a los servicios de salud sexual y reproductiva: estudio de caso. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 29, n. 5, p. 981-991, 2013.

Del-Sol-Flórez, Héctor. Una aproximación a la intervención educativa com menores migrantes no acompañados em España: paradojas de la inclusión social. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 17, n. 1, p. 137-153, 2012.

Faggian, Alessandra; Corcoran, Jonathan; Rowe, Francisco. Evaluating the effects of Australian policy changes on human capital: the role of a graduate visa scheme. *Environment and Planning C: Government and Policy*, v. 34, n. 1, p. 151-170, 2016.

Fossati, Flavia. The effect of integration and social democratic welfare states on immigrants' educational attainment: a multilevel estimate. *Journal of European Social Policy*, v. 21, n. 5, p. 391-412, 2011.

Geddes, Andrew; Jordan, Andrew. Migration as adaptation? Exploring the scope for coordinating environmental and migration policies in the European Union. *Environment and Planning C: Government and Policy*, v. 30, n. 6, p. 1029-1044, 2012.

Goldberg, Alejandro; Silveira, Cássio. Desigualdad social, condiciones de acceso a la salud pública y procesos de atención em inmigrantes bolivianos de Buenos Aires y São Paulo: una indagación comparativa. *Saúde e Sociedade*, v. 22, n. 2, p. 1-14, 2013.

International Organization for Migration (IOM). *World Migration Report 2015*. International Organization for Migration (IOM) Web Site. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/wmr2015_en.pdf>. Acesso em: 20/07/2016.

Kislev, Elyakim. The effect of education policies on higher-education attainment of immigrants in Western Europe: a cross-classified multilevel analysis. *Journal of European Social Policy*, v. 26, n. 2, p. 183-199, 2016.

Leão, Augusto Veloso; Demant, Peter Robert. Mobilização política e integração de migrantes no Brasil: os casos Zulmira Cardoso e Bryan Capcha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 91, p. 1-20, 2016.

Lewis, Paul et al. Why do (some) city police departments enforce federal immigration law? Political, demographic, and organizational influences on local choices. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 23, n. 1, p. 1-25, 2013.

Liebert, Saltanat; Ameringer, Carl. The health care safety net and the Affordable Care Act: implications for Hispanic immigrants. *Public Administration Review*, v. 73, n. 6, p. 810-820, 2013.

Madi, Maria Carolina; Cassanti, Ana Carolina; Silveira, Cássio. Estudo das representações sociais sobre gestação em mulheres bolivianas no contexto da atenção básica em saúde na área central da cidade de São Paulo. *Saúde e Sociedade*, v. 18, n. 2, p. 67-71, 2009.

Martes, Ana Cristina Braga; Soares, Weber. Remessas de recursos dos imigrantes. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 41-54, 2006.

Martin, Susan. Environmental change and migration: legal and political frameworks. *Environment and Planning C: Government and Policy*, v. 30, n. 6, p. 1045-1060, 2012.

Martin, Susan. Environmental change and migration: legal and political frameworks. *Environment and Planning C: Government and Policy*, v. 30, n. 6, p. 1045-1060, 2012. Monogan, James. The politics of immigrant policy in the 50 US States, 2005-2011. *Journal of Public Policy*, v. 33, n. 1, p. 35-64, 2013.

Oliveira, Márcia Maria de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 183-196, 2006.

Paiva Júnior, Fernando Gomes de; Souza Leão, André Luiz Maranhão de; Mello, Sérgio Carvalho Benício de. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em Administração. *Ciências da Administração*, v. 13, n. 31, p. 190-209, 2011.

Patarra, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 7-24, 2006.

Patarra, Neide Lopes; Baeninger, Rosana. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, p. 83-102, 2006.

Ramos, Milena Yumi; Velho, Lea. Formação de doutores no Brasil e no exterior: impactos na propensão a migrar. *Educação & Sociedade*, v. 32, n. 117, p. 933-951, 2011

Reis, Rossana Rocha. Migrações: casos norte-americano e francês. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 59-74, 2006.

Rodrigues, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 197-207, 2006.

Santos, Fabiane Vinente dos. A Inclusão dos migrantes internacionais nas políticas do sistema de saúde brasileiro: o caso dos haitianos no Amazonas. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 23, n. 2, p. 1-17, 2016.

Selby, Jan; Hoffmann, Clemens. Water scarcity, conflict, and migration: a comparative analysis and reappraisal. *Environment and Planning C: Government and Policy*, v. 30, n. 6, p. 997-1014, 2012.

Shutes, Isabel; Chiatti, Carlos. Migrant labour and the marketisation of care for older people: the employment of migrant care workers by families and service providers. *Journal of European Social Policy*, v. 22, n. 4, p. 392-405, 2012.

Song, Jiyeoun. Labour markets, care regimes and foreign care worker policies in East Asia. *Social Policy & Administration*, v. 49, n. 3, p. 376-393, 2015. Topa, Joana; Neves, Sofia; Nogueira, Conceição. Imigração e saúde: a (in) acessibilidade das mulheres imigrantes aos cuidados de saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 22, n. 2, p. 328-341, 2013.

Turner, Robert; Sharry, William. From progressive pioneer to nativist crackdown: the transformation of immigrant policy in Oklahoma. *Politics & Policy*, v. 40, n. 6, p. 983-1018, 2012.

United Nations (UN). Population Facts. N°2015/04. United Nations (UN) Web Site. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/pdf/popfacts/PopFacts_2015-4.pdf>. Acesso em: 20/07/2016.

Van Hooren, Franca. Varieties of migrant care work: comparing patterns of migrant labour in social care. *Journal of European Social Policy*, v. 22, n. 2, p. 133-147, 2012.

Véran, Jean-François; Noal, Débora da; Fainstat, Tyler. Nem refugiados, nem migrantes: a chegada dos haitianos à cidade de Tabatinga (Amazonas). *Dados*, v. 57, n. 4, p. 1007-1041, 2014.

Vilela, Elaine Meire. Desigualdade e discriminação de imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro. *Dados*, v. 54, n. 1, p. 89-128, 2011.

Vilela, Elaine Meire; Sampaio, Daniela Portela. Um olhar sobre as autorizações de permanência a estrangeiros no Brasil, entre 2005 e 2011. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 32, n. 1, p. 25-48, 2015.

Warner, Koko. Human migration and displacement in the context of adaptation to climate change: the Cancun adaptation framework and potential for future action. *Environment and Planning C: Government and Policy*, v. 30, n. 6, p. 1061-1077, 2012.

Williams, Fiona; Brennan, Deborah. Care, markets and migration in a globalising world: introduction to the special issue. *Journal of European Social Policy*, v. 22, n. 4, p. 355-362, 2012.

Wright, Chris. How do states implement liberal immigration policies? Control signals and skilled immigration reform in Australia. *Governance*, v. 27, n. 3, p. 397- 421, 2014.

Wunderlich, Daniel. The limits of external governance: implementing EU external migration policy, *Journal of European Public Policy*, v. 19, n. 9, p. 1414-1433, 2012.

Frederico de Moraes Andrade Coutinho Mestrado em andamento em Administração pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atuando como Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Contato:fred_morais@yahoo.com.br

Danilo Bijos Doutorado em andamento em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente atua como economista concursado da Prefeitura de Unai-MG. Contato: danilo.bijos@yahoo.com.br

Henrique Marques Ribeiro Mestrado em andamento em Administração pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente exerce a função de analista legislativo do Senado Federal atuando no Instituto DataSenado. Contato: hrhenrique7@gmail.com

Anexo

Tabela 1 – Lista de periódicos selecionados

Título do periódico	Classificação
BAR. Brazilian Administration Review	A2
Cadernos EBAPE.BR (FGV)	A2
Cadernos de Saúde Pública (ENSP)	A2
Dados	A2
Organizações & Sociedade	A2
RAC. Revista de Administração Contemporânea	A2
RAE. Revista de Administração de Empresas	A2
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	A2
Revista Contabilidade & Finanças	A2
Revista de Administração (FEA-USP)	A2
Revista de Administração Pública	A2
Ambiente e Sociedade (Campinas)	B1
BBR. Brazilian Business Review	B1
Bragantia (São Paulo, SP)	B1
Caderno CRH (UFBA. Impresso)	B1
Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)	B1
Ciência e Saúde Coletiva	B1
Contabilidade Vista & Revista	B1
Economia Aplicada	B1
Economia e Sociedade (UNICAMP)	B1
Enfoque: Reflexão Contábil	B1
Estudos Econômicos (São Paulo)	B1
Gestão & Produção (UFSCAR)	B1
História, Ciências, Saúde-Manguinhos	B1
Nova Economia (UFMG)	B1
Novos Estudos CEBRAP	B1
Perspectivas em Ciência da Informação	B1
Psicologia: Reflexão e Crítica (UFRGS)	B1
RAM. Revista de Administração Mackenzie	B1

Título do periódico	Classificação
REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)	B1
Revista Brasileira de Ciências Sociais	B1
Revista Brasileira de Economia	B1
Revista Brasileira de Enfermagem	B1
Revista Brasileira de Estudos de População	B1
Revista Contemporânea de Contabilidade (UFSC)	B1
Revista Universo Contábil	B1
Revista da Escola de Enfermagem da USP	B1
Revista de Contabilidade e Organizações	B1
Revista de Economia Contemporânea	B1
Revista de Economia Política	B1
Revista de Economia e Sociologia Rural	B1
Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação	B1
Revista de Sociologia e Política (UFPR)	B1
Sociedade e Estado (UnB)	B1
Sociologias (UFRGS)	B1
Transinformação	B1
ActaScientiarum. Human and Social Sciences	B2
Administração Pública e Gestão Social B2	B2
Ambiente Construído B2	B2
Arkeos Perspectivas em Diálogo B2	B2
Avaliação (UNICAMP) B2	B2
Avaliação Psicológica B2	B2
Base (São Leopoldo) B2	B2
Base (UNISINOS) B2	B2
Cadernos Saúde Coletiva (UFRJ) B2	B2
Cadernos de Linguagem e Sociedade B2	B2
CheckList (São Paulo) B2	B2
ConScientiae Saúde B2	B2
Desenvolvimento em Questão B2	B2
Eccos Revista Científica B2	B2

Título do periódico	Classificação
Economia (Brasília)	B2
Educação e Realidade	B2
Educar em Revista	B2
Educação & Sociedade	B2
Educação e Pesquisa (USP)	B2
Ensaio (Fundação Cesgranrio)	B2
Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências	B2
Escola Anna Nery	B2
Estudos Avançados	B2
Estudos de Psicologia (UFRN)	B2
Faces: Revista de Administração (Belo Horizonte)	B2
Gestão & Regionalidade	B2
História da Educação	B2
Informação & Sociedade (UFPB)	B2
Interações (UCDB)	B2
Lua Nova	B2
Mercator (Fortaleza)	B2
Meta: Avaliação	B2
O Papel (São Paulo)	B2
Paidéia (USP. Ribeirão Preto)	B2
Produção (São Paulo)	B2
Psicologia e Sociedade	B2
Psicologia: Ciência e Profissão	B2
Psicologia: Teoria e Pesquisa (UnB)	B2
Psicologia: Teoria e Prática	B2
RAI : Revista de Administração e Inovação	B2
Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	B2
Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	B2
Revista Direito GV	B2
Revista Mal-Estar e Subjetividade	B2
Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão (Rio de Janeiro)	B2
Revista Turismo em Análise	B2

Título do periódico	Classificação
Revista de Administração da UFSM	B2
Revista de Antropologia	B2
Revista de Ciências da Administração (CAD/UFSC)	B2
Revista de Políticas Públicas (UFMA)	B2
Revista de Administração da Unimep	B2
Saúde em Debate	B2
Saúde e Sociedade (USP)	B2
Sociedade & Natureza (UFU)	B2
Trabalho, Educação e Saúde	B2
Turismo: Visão e Ação	B2
Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana	B2

Fonte: Elaboração própria.

Missão

Aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo

Visão

Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável